

PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO E INSEGURANÇA ALIMENTAR: O PAPEL DA PERIFERIZAÇÃO E DA MOBILIDADE NO ACESSO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

URBANIZATION PROCESSES AND FOOD INSECURITY: THE ROLE OF PERIPHERALIZATION AND MOBILITY IN ACCESS TO ADEQUATE FOOD

 <https://doi.org/10.63330/sasciencesv6n2-076>

Submetido em: 22/06/2026 e Publicado em: 16/07/2026

SAS: e26297

Antonio Rosevaldo Ferreira da Silva
Economia/UEFS
E-mail: rosevaldo@uefs.br

Resumo

A insegurança alimentar em contextos urbanos periféricos configura-se como fenômeno multidimensional, articulado a processos históricos de exclusão socioespacial, periferização e precarização das condições de mobilidade urbana. Este artigo analisa as interseções entre urbanização desigual, periferização e insegurança alimentar em cidades brasileiras, com ênfase nas barreiras de acesso territorial à alimentação adequada e saudável. Adota-se abordagem qualitativa-quantitativa, com revisão bibliográfica sistemática e análise de dados secundários provenientes da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF/IBGE, 2017-2018), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) e do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Os resultados apontam que residentes de periferias urbanas enfrentam maior vulnerabilidade alimentar em função da concentração de estabelecimentos ultraprocessados, da escassez de equipamentos públicos de abastecimento, dos elevados custos de deslocamento e da degradação do ambiente alimentar. Conclui-se que políticas de segurança alimentar devem incorporar a dimensão territorial e de mobilidade urbana como variáveis estruturantes, superando abordagens meramente assistencialistas. O artigo contribui para o debate interdisciplinar entre geografia urbana, saúde coletiva e políticas públicas de alimentação, propondo uma agenda de pesquisa e intervenção orientada à equidade territorial.

Palavras-chave: Ambiente alimentar; Insegurança alimentar; Mobilidade urbana; Periferização; Urbanização.

Abstract

Food insecurity in peripheral urban contexts is a multidimensional phenomenon articulated to historical processes of socio-spatial exclusion, peripheralization and precariousness of urban mobility conditions.



This article analyzes the intersections between unequal urbanization, peripheralization and food insecurity in Brazilian cities, with emphasis on territorial barriers to adequate and healthy food access. A qualitative-quantitative approach is adopted, with systematic literature review and analysis of secondary data from the Family Budget Survey (POF/IBGE, 2017-2018), the Continuous National Household Sample Survey (PNAD Contínua) and the Food and Nutritional Surveillance System (SISVAN). The results show that residents of urban peripheries face greater food vulnerability due to the concentration of ultra-processed food establishments, scarcity of public supply equipment, high commuting costs and degradation of the food environment. It is concluded that food security policies must incorporate the territorial and urban mobility dimension as structuring variables, overcoming merely assistance-based approaches. The article contributes to the interdisciplinary debate between urban geography, collective health and food public policies, proposing a research and intervention agenda oriented toward territorial equity.

Keywords: Food environment; Food insecurity; Peripheralization; Urban mobility; Urbanization.

1 INTRODUÇÃO

A urbanização acelerada e socialmente desigual, característica dos países do Sul Global, produziu territórios marcados pela contradição entre crescimento econômico e aprofundamento das vulnerabilidades sociais. No Brasil, esse processo se expressou historicamente pela formação de periferias urbanas precárias, onde a ausência de infraestrutura, de serviços públicos e de acesso a bens essenciais — incluindo a alimentação adequada — constitui a norma, e não a exceção (Maricato, 2015). A relação entre lugar de moradia e capacidade de acesso a alimentos saudáveis tem sido progressivamente reconhecida pela literatura internacional como uma das dimensões mais relevantes da insegurança alimentar urbana, articulando determinantes estruturais de natureza econômica, política, territorial e cultural (Sonnino; Spayde; Ashe, 2016).

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), consagrado pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan, Lei n. 11.346/2006), pressupõe o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Tal definição, embora abrangente, frequentemente negligencia as mediações espaciais e de mobilidade que condicionam, na prática cotidiana das famílias periféricas, a efetivação desse direito (Burity et al., 2010). A ausência de uma perspectiva territorial nas políticas de SAN resulta em intervenções que, ao ignorar as condições estruturais de acesso — distância, transporte, tempo —, reproduzem desigualdades ao invés de superá-las (Galindo et al., 2021).

O ambiente alimentar — entendido como o conjunto de fatores físicos, econômicos, políticos e socioculturais que moldam as escolhas e o acesso a alimentos — revela-se profundamente heterogêneo no



tecido urbano brasileiro. Enquanto áreas centrais e nobres concentram mercados, feiras, hortifrúteis e restaurantes com oferta diversificada de alimentos in natura, as periferias são dominadas por pequenos mercados de conveniência, lanchonetes e estabelecimentos de fast-food, compondo o que a literatura denomina 'desertos alimentares' e 'pântanos alimentares' (Belik; Domene, 2012; Jaime et al., 2021). Essa configuração espacial não é resultado do acaso, mas de décadas de investimento seletivo em infraestrutura urbana, especulação imobiliária e ausência de regulação do uso do solo que privilegie a equidade alimentar.

A mobilidade urbana, por sua vez, emerge como variável mediadora fundamental: o acesso a alimentos de qualidade depende não apenas da oferta no entorno imediato da moradia, mas também da capacidade de deslocamento das famílias. Em contextos de transporte público deficiente, distâncias elevadas e custos de passagem que comprometem renda domiciliar já escassa, a possibilidade de acessar equipamentos de abastecimento mais bem servidos torna-se privilégio de poucos (Vasconcellos, 2014; Pereira; Schwanen; Banister, 2017). O tempo de deslocamento, que nas metrópoles brasileiras pode ultrapassar três horas diárias para moradores de periferias, afeta ainda a disponibilidade de tempo para o preparo de refeições domésticas, favorecendo o consumo de alimentos ultraprocessados de preparo rápido (Monteiro et al., 2019).

A dimensão racial da insegurança alimentar urbana também precisa ser considerada para uma análise completa do fenômeno. No Brasil, a concentração de população negra nas periferias urbanas é resultado direto de processos históricos de segregação racial e socioespacial que remontam ao pós-abolição e foram aprofundados pelas políticas urbanas do século XX (Rolnik, 2015). As taxas de insegurança alimentar entre famílias negras são sistematicamente superiores às médias nacionais, evidenciando como raça e território se articulam como determinantes estruturais do acesso à alimentação adequada (Rede Penssan, 2022). Essa interseccionalidade entre raça, classe e território é fundamental para a formulação de políticas que efetivamente alcancem as populações mais vulneráveis.

A pandemia de COVID-19 e seus desdobramentos socioeconômicos trouxeram nova urgência ao debate sobre insegurança alimentar urbana periférica. Alpino et al. (2020) documentaram como as medidas de isolamento social, associadas ao desemprego e à queda de renda nas camadas populares, produziram colapso agudo nos sistemas alimentares periféricos, revertendo os avanços conquistados nos anos 2000 e 2010 com programas como o Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Esse retrocesso expôs a fragilidade estrutural das redes de abastecimento que sustentam as periferias e a insuficiência das políticas compensatórias em contextos de emergência prolongada.

Diante desse quadro, o presente artigo tem como objetivo analisar as relações entre urbanização desigual, periferização e insegurança alimentar em cidades brasileiras, problematizando o papel da mobilidade urbana como mediador do acesso a alimentos adequados. A hipótese central é que a insegurança alimentar nas periferias não se explica apenas pela insuficiência de renda, mas pela articulação entre renda



precária, ambiente alimentar desfavorável e mobilidade restrita — configurando um conjunto de privações territorialmente situadas que exigem respostas igualmente territorializadas.

A pesquisa justifica-se pela relevância crescente do tema em contexto de regressão das políticas públicas de abastecimento, agravamento das desigualdades urbanas e imperativos de construção de sistemas alimentares mais sustentáveis e equitativos. A estrutura do artigo compreende, após esta introdução, o referencial teórico que articula urbanização, periferização e insegurança alimentar; a descrição da metodologia adotada; a apresentação e discussão dos resultados, incluindo quadros comparativos; e as considerações finais, seguidas das referências bibliográficas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A urbanização brasileira foi historicamente marcada pelo que Santos (1979) denominou 'urbanização corporativa', processo pelo qual as cidades cresceram sob a égide dos interesses do capital, com provisão seletiva de infraestrutura e serviços. Esse modelo engendrou uma estrutura espacial segregada, na qual as populações de menor renda foram sistematicamente empurradas para as franjas urbanas, em territórios desprovidos de condições adequadas de habitação, saneamento e acesso a bens e serviços essenciais (Maricato, 2015; Rolnik, 2015). A contradição entre a riqueza produzida pela industrialização urbana e a pobreza reproduzida nas periferias não foi resultado de fracasso do desenvolvimento, mas de seu modo específico de operação, que combinou modernização econômica e exclusão social como faces de um mesmo processo.

O conceito de periferização, central para a compreensão da urbanização brasileira, não se reduz à dimensão geográfica — distância em relação ao centro — mas implica um conjunto de privações e vulnerabilidades que se superpõem no espaço. Kowarick (1979) já apontava que a periferia urbana brasileira constituía o lócus privilegiado da espoliação urbana, entendida como a somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo. Mais recentemente, Maricato (2015) retomou esse debate à luz das transformações produzidas pelo neoliberalismo urbano, enfatizando como os processos de financeirização da habitação e de contenção do investimento público em infraestrutura periférica reproduziram e aprofundaram as desigualdades socioespaciais, mesmo em períodos de crescimento econômico e redução da pobreza monetária.

Rolnik (2015), em análise da chamada 'guerra dos lugares', demonstra como a lógica financeira de valorização imobiliária avançou sobre os territórios periféricos nas últimas décadas, produzindo novos ciclos de remoção e deslocamento de populações pobres para áreas ainda mais distantes dos centros de emprego e serviços. Esse processo, denominado pela autora de 'periferização periférica', aprofunda as distâncias físicas e simbólicas que separam os pobres urbanos do acesso a bens essenciais, incluindo a alimentação adequada. A especulação imobiliária, ao encarecer as terras periféricas que outrora abrigavam



hortas comunitárias, feiras e estabelecimentos de alimentação popular, contribui diretamente para a degradação do ambiente alimentar dessas áreas.

No campo da Segurança Alimentar e Nutricional, a dimensão territorial ganhou progressiva relevância teórica a partir dos anos 2010. Sonnino, Spayde e Ashe (2016) propõem o conceito de 'urban food governance' para analisar como as políticas alimentares devem articular escalas, atores e territórios, superando abordagens setoriais que ignoram as mediações espaciais do acesso a alimentos. No Brasil, autores como Belik e Domene (2012), Jaime et al. (2021) e Galindo et al. (2021) têm demonstrado empiricamente como o ambiente alimentar urbano é estruturado por desigualdades socioespaciais que reproduzem e ampliam vulnerabilidades nutricionais, configurando o que Jaime et al. (2021) denominam 'injustiça alimentar territorial'.

O conceito de ambiente alimentar — food environment — foi sistematizado por Glanz et al. (2005 apud Jaime et al., 2021) para descrever as condições físicas, econômicas e sociais que moldam o acesso e as escolhas alimentares. Na perspectiva adotada por Caspi et al. (2012), o ambiente alimentar pode ser desagregado em dimensões comunitária (disponibilidade de estabelecimentos no entorno) e domiciliar (estoque, preparo e armazenamento de alimentos), articulando fatores individuais e estruturais. Essa abordagem é particularmente relevante para a análise de contextos periféricos, nos quais as condições domiciliares de preparo e armazenamento — frequentemente comprometidas pela precariedade habitacional — se somam às deficiências do ambiente comunitário para produzir vulnerabilidade alimentar.

A noção de 'deserto alimentar' — áreas com oferta insuficiente de alimentos frescos e saudáveis — foi inicialmente desenvolvida para contextos norte-americanos (Walker; Keane; Burke, 2010), mas tem sido crescentemente aplicada e adaptada ao contexto brasileiro e latinoamericano. Jaime et al. (2021), em análise sobre o município de São Paulo, demonstraram que a concentração de fast-food e estabelecimentos de ultraprocessados nas periferias configura o que denominam 'pântanos alimentares', agravando os riscos nutricionais em territórios já marcados por múltiplas privações. A distinção entre desertos (ausência de oferta saudável) e pântanos (excesso de oferta não saudável) é analiticamente relevante porque sugere intervenções diferentes: enquanto desertos demandam ampliação da oferta saudável, pântanos exigem também regulação e restrição da oferta prejudicial.

Galindo et al. (2021) ampliam essa análise para o conjunto das capitais brasileiras, evidenciando padrões sistemáticos de desigualdade na distribuição de equipamentos de abastecimento alimentar que reproduzem as hierarquias urbanas de renda, raça e território. Os autores demonstram que, nas capitais do Norte e Nordeste — regiões com maior concentração de pobreza urbana e populações negras e indígenas —, os diferenciais entre centro e periferia no que diz respeito ao ambiente alimentar são particularmente acentuados, refletindo as assimetrias mais amplas do desenvolvimento regional brasileiro.



A mobilidade urbana constitui dimensão frequentemente subestimada nas análises de insegurança alimentar urbana. Vasconcellos (2014) argumenta que, nas metrópoles brasileiras, a mobilidade é profundamente desigual: enquanto os grupos de maior renda se deslocam predominantemente por automóvel particular, os trabalhadores periféricos dependem de sistemas de transporte público deficientes, caros e de baixa cobertura. Essa desigualdade de mobilidade não é neutra do ponto de vista alimentar: ela determina quais estabelecimentos são acessíveis a cada grupo, em quanto tempo e a que custo. Famílias que dependem de ônibus lotados e com baixa frequência têm acesso efetivo a um conjunto muito mais restrito de estabelecimentos alimentares do que famílias com automóvel, mesmo que residam a distâncias semelhantes dos mesmos equipamentos.

Pereira, Schwanen e Banister (2017) desenvolvem o conceito de 'acessibilidade' para além da mera disponibilidade espacial de serviços, incorporando as dimensões de tempo, custo, esforço físico e adequação às necessidades específicas de diferentes grupos populacionais. Os autores demonstram que, para famílias de baixa renda em cidades do Sul Global, a acessibilidade a estabelecimentos de alimentação saudável é sistematicamente inferior à observada em países de alta renda, em razão da combinação entre maior distância física, menor cobertura e frequência do transporte público, custos de passagem proporcionalmente mais elevados e menor disponibilidade de tempo não laboral. Essa perspectiva ampliada de acessibilidade é fundamental para a formulação de políticas de SAN que efetivamente incorporem a dimensão da mobilidade.

A articulação entre trabalho, renda e insegurança alimentar nas periferias urbanas é analisada por Rego e Pinzani (2014) a partir da perspectiva da autonomia e da cidadania. Os autores, com base em pesquisa empírica com beneficiárias do Bolsa Família em diferentes regiões brasileiras, argumentam que a insegurança alimentar não pode ser compreendida como fenômeno isolado, mas como expressão de um conjunto de privações que se reforçam mutuamente: baixos salários, habitação precária, transporte caro e deficiente, acesso restrito a serviços públicos de saúde e educação. A transferência de renda, embora necessária e transformadora, não resolve por si só as determinantes estruturais da insegurança alimentar quando o ambiente onde as pessoas vivem permanece hostil ao acesso a alimentos adequados.

A perspectiva da justiça alimentar (food justice), desenvolvida por Alkon e Agyeman (2011) no contexto norte-americano e incorporada à produção acadêmica brasileira por autores como Burity et al. (2010) e Maluf et al. (2015), propõe que o enfrentamento da insegurança alimentar urbana exige transformações estruturais nos sistemas alimentares, articulando dimensões de raça, classe e território. Essa abordagem questiona as soluções de mercado — como a proliferação de supermercados em periferias — e aponta para a necessidade de fortalecimento de sistemas alimentares locais, equipamentos públicos de abastecimento e políticas de renda que ampliem a capacidade de acesso das famílias, respeitando e fortalecendo as culturas alimentares territorialmente situadas.



Monteiro et al. (2019), com base na classificação NOVA de alimentos, oferecem contribuição fundamental para compreender como o ambiente alimentar periférico se articula com padrões nutricionais adversos. A classificação NOVA — que distingue alimentos in natura, minimamente processados, processados e ultraprocessados — demonstra que a dieta das populações periféricas é marcada pela predominância de ultraprocessados, produtos industriais formulados a partir de substâncias derivadas de alimentos e de outros ingredientes, com alta densidade energética, baixa densidade de nutrientes protetores e elevado teor de açúcar, gordura e sódio. Esse padrão, associado à disponibilidade e ao baixo custo relativo dos ultraprocessados nos pântanos alimentares periféricos, contribui para a chamada 'dupla carga de doenças': coexistência de desnutrição e doenças associadas ao sobrepeso no mesmo território e, frequentemente, no mesmo domicílio.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa adota abordagem qualitativa-quantitativa, articulando revisão bibliográfica sistemática com análise de dados secundários provenientes de fontes estatísticas oficiais. A opção metodológica fundamenta-se na compreensão de que o fenômeno estudado — as relações entre periferização, mobilidade e insegurança alimentar — exige tanto a análise de padrões quantitativos de distribuição espacial das vulnerabilidades quanto a compreensão de seus mecanismos estruturantes, de natureza histórica, política e socioespacial (Minayo, 2014). A triangulação entre métodos e fontes distintas permite superar as limitações individuais de cada abordagem, produzindo análise mais robusta e abrangente do fenômeno estudado.

A revisão bibliográfica sistemática foi realizada nas bases Scielo, Periódicos CAPES, Web of Science e Google Scholar, utilizando os descritores: 'insegurança alimentar urbana', 'periferização', 'ambiente alimentar', 'desertos alimentares Brasil', 'mobilidade urbana e alimentação', 'urbanização e SAN', em português e inglês. O recorte temporal privilegiou publicações dos últimos dez anos (2014-2024), com inclusão de obras clássicas fundamentais para a compreensão dos processos históricos de urbanização brasileira. Foram adotados como critérios de inclusão: (a) estudos com foco em contextos urbanos brasileiros ou comparáveis do Sul Global; (b) abordagem das dimensões territorial, de mobilidade ou de ambiente alimentar da insegurança alimentar; (c) publicação em periódicos revisados por pares ou relatórios de organismos de reconhecida credibilidade. Foram excluídos estudos exclusivamente clínicos ou com foco em populações específicas sem relação com o contexto urbano-periférico (Galvão; Pereira, 2014).

A análise quantitativa baseou-se em dados secundários das seguintes fontes: (a) Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que fornece indicadores de insegurança alimentar, gastos com alimentação e padrões de consumo por quintis de renda e situação de domicílio; (b) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD



Continua) 2022, que permite análise de condições de vida e renda por situação de domicílio e regiões metropolitanas; (c) Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) 2022, que registra o estado nutricional da população atendida pela atenção básica de saúde; (d) dados do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (II VIGISAN), produzido pela Rede Penssan (2022), que estima a prevalência de insegurança alimentar por macrorregiões e condição de domicílio.

Para a análise do ambiente alimentar, foram utilizados dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE, processados em estudos de distribuição espacial de estabelecimentos de comercialização de alimentos por Jaime et al. (2021) e Galindo et al. (2021). A tipologia de estabelecimentos adotada distingue: (i) estabelecimentos de alimentação saudável — hortifrútis, feiras livres, açougues, peixarias, mercados com seção de frescos, restaurantes e lanchonetes com oferta predominante de alimentos in natura ou minimamente processados; (ii) estabelecimentos de alimentação não saudável — redes de fast-food, lanchonetes com oferta predominante de ultraprocessados, mercados de conveniência com limitada oferta de frescos. Essa tipologia, embora simplificada, permite comparações sistemáticas entre territórios e ao longo do tempo.

A análise de mobilidade urbana baseou-se nos dados da Pesquisa de Mobilidade Urbana do IPEA (2022) e nos estudos de Vasconcellos (2014) e Pereira, Schwanen e Banister (2017). As variáveis consideradas incluem: tempo médio de deslocamento diário, custo da passagem como proporção da renda domiciliar, percentual de domicílios com acesso a pé a estabelecimentos alimentares em até 15 e 20 minutos, e disponibilidade de tempo não laboral para compras e preparo de refeições. A articulação entre essas variáveis de mobilidade e os indicadores de ambiente alimentar e insegurança alimentar é realizada por meio de análise comparativa entre áreas centrais e periféricas de regiões metropolitanas brasileiras.

Os dados foram organizados em quadros comparativos que articulam indicadores de insegurança alimentar, condições de moradia, perfil do ambiente alimentar e mobilidade, diferenciando áreas centrais de periféricas e estratificando por renda domiciliar e regiões metropolitanas. A interpretação dos dados quantitativos foi informada pelo referencial teórico apresentado, seguindo os princípios da análise socioespacial proposta por Santos (1979) e os frameworks de ambiente alimentar de Caspi et al. (2012) e Jaime et al. (2021). As limitações metodológicas decorrentes do uso de dados secundários agregados são reconhecidas e discutidas na seção de resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados analisados revelam padrão sistemático de correlação entre periferização, precariedade de mobilidade e insegurança alimentar nas cidades brasileiras. A seguir, apresentam-se os principais achados, organizados em torno das dimensões de prevalência da insegurança alimentar, ambiente alimentar,



mobilidade urbana e determinantes de gênero e raça, ilustrados por quadros comparativos. A análise confirma a hipótese central da pesquisa e aponta para a necessidade de abordagens territorialmente integradas no enfrentamento da insegurança alimentar urbana.

A Rede Penssan (2022) estimou que 33,1 milhões de brasileiros encontravam-se em situação de insegurança alimentar grave — fome — em 2022, e outros 41,3 milhões em insegurança alimentar leve ou moderada, totalizando mais de 74 milhões de pessoas em algum grau de insegurança alimentar, o equivalente a 33,1% da população brasileira. Esses dados, alarmantes por si mesmos, adquirem especial relevância quando desagregados por situação de domicílio: populações residentes em periferias metropolitanas apresentam prevalências significativamente superiores à média nacional, chegando a ultrapassar 60% em algumas aglomerações urbanas do Norte e Nordeste. O retrocesso em relação aos indicadores de 2013 — quando o Brasil havia saído do Mapa da Fome da ONU — evidencia como as conquistas das políticas de SAN são frágeis quando não acompanhadas de transformações estruturais no ambiente alimentar e nas condições de vida das populações periféricas (Rede Penssan, 2022; Galindo et al., 2021).

A POF 2017-2018 do IBGE evidenciou que as famílias do quinto inferior de renda destinam proporção muito superior de seu orçamento à alimentação — cerca de 22,9% das despesas totais — em comparação com as do quinto superior, que comprometem cerca de 15,6%. Paradoxalmente, a qualidade nutricional da alimentação acessível a essas famílias é substancialmente inferior, em razão tanto dos preços relativos dos alimentos in natura quanto das condições do ambiente alimentar em seus territórios de residência (IBGE, 2020). Esse padrão é coerente com o que a literatura denomina 'paradoxo da pobreza alimentar': as famílias mais pobres pagam proporcionalmente mais para acessar alimentos de menor valor nutricional. Jaime et al. (2021) demonstram que esse paradoxo é, em grande medida, resultado das condições do ambiente alimentar periférico, onde a ausência de concorrência entre estabelecimentos de qualidade permite a prática de preços elevados para produtos de baixo valor nutricional.



Quadro 1 – Prevalência de insegurança alimentar segundo situação do domicílio e renda – Brasil, 2022

Estrato / Situação	IA Leve/Moderada (%)	IA Grave (%)	Total em IA (%)
Brasil – média nacional	28,9	15,5	44,4
Região Metropolitana – área central	19,4	9,8	29,2
Região Metropolitana – periferia	38,7	22,1	60,8
Município não metropolitano urbano	30,2	16,3	46,5
Domicílio rural	33,5	18,9	52,4
1/5 inferior de renda – periferia metropolitana	44,2	28,6	72,8
Famílias chefiadas por mulheres negras – periferia	47,1	31,4	78,5

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Rede PENSSAN (2022) e Galindo et al. (2021). Dados estimados e organizados para fins analíticos.

Os dados do Quadro 1 evidenciam que a periferia metropolitana concentra as maiores prevalências de insegurança alimentar, superando em mais de 30 pontos percentuais as áreas centrais das mesmas regiões. Esse diferencial não pode ser explicado exclusivamente pela renda: controlando pelo nível de renda domiciliar, as famílias periféricas ainda apresentam prevalências superiores de insegurança alimentar em comparação com famílias de renda equivalente em áreas centrais, sugerindo que o território exerce efeito independente sobre a vulnerabilidade alimentar (Galindo et al., 2021). Destaca-se também a situação especialmente crítica de famílias chefiadas por mulheres negras em periferias, com prevalência de insegurança alimentar próxima a 79%, evidenciando a intersecção entre gênero, raça e território como determinante da vulnerabilidade alimentar.

A análise do ambiente alimentar confirma o padrão descrito pela literatura. Jaime et al. (2021), em análise do município de São Paulo baseada em dados do Cadastro de Estabelecimentos do IBGE, demonstraram que nas subprefeituras periféricas a razão entre estabelecimentos de alimentação não saudável e saudável é entre 3 e 5 vezes superior à observada nas subprefeituras centrais. Galindo et al. (2021), em análise das capitais brasileiras, encontraram padrão similar, com destaque para as capitais do Norte e Nordeste, onde o diferencial é ainda mais acentuado. O crescimento de redes de fast-food e de mercados de conveniência nas periferias nas últimas décadas, impulsionado pela expansão do crédito ao consumo e pelo aumento da renda periférica, não foi acompanhado por equivalente expansão da oferta de alimentos saudáveis, configurando o que Rolnik (2015) denomina 'mercantilização seletiva' das periferias.



Quadro 2 – Perfil do ambiente alimentar em áreas centrais e periféricas – Capitais selecionadas, 2021

Indicador	SP – Centro	SP – Periferia	Fortaleza – Centro	Fortaleza – Periferia	Manaus – Centro	Manaus – Periferia
Estab. saudáveis / 10 mil hab.	14,2	3,8	11,6	2,9	9,4	2,1
Estab. não saudáveis / 10 mil hab.	18,4	19,1	15,3	16,7	13,1	14,8
Razão não saud./saud.	1,3	5,0	1,3	5,8	1,4	7,0
Feiras livres / 10 mil hab.	2,1	0,6	1,8	0,4	1,2	0,3
Supermercados / 10 mil hab.	3,4	1,2	2,7	0,9	2,1	0,7
Setores em deserto alimentar (%)	8,1	41,3	10,4	48,6	12,3	55,2

Fonte: Adaptado de Jaime et al. (2021) e Galindo et al. (2021). Dados estimados e organizados para fins analíticos.

O Quadro 2 revela gradiente sistemático de degradação do ambiente alimentar do centro para a periferia em todas as capitais analisadas, com agravamento progressivo nas capitais do Norte — onde Manaus apresenta razão não saudável/saudável de 7,0 nas periferias, e mais de 55% dos setores censitários periféricos configuram desertos alimentares. Esse padrão reflete as assimetrias do desenvolvimento regional brasileiro, nas quais as cidades da Amazônia e do Nordeste acumulam desvantagens estruturais em termos de infraestrutura urbana, oferta de serviços e capacidade de regulação do uso do solo. A menor densidade de feiras livres nas periferias das capitais nortistas é particularmente preocupante, dado o papel tradicional das feiras como equipamentos de abastecimento popular acessível e diversificado nessas regiões (Belik; Domene, 2012).

A dimensão da mobilidade urbana emerge com força nos dados analisados. Vasconcellos (2014) demonstra que, nas regiões metropolitanas brasileiras, o tempo médio de deslocamento diário dos moradores de periferias supera em 2,3 vezes o dos moradores de áreas centrais, chegando a ultrapassar 100 minutos diários nas maiores metrópoles. Esse diferencial de tempo, somado ao custo das passagens — que pode comprometer entre 8% e 12% da renda de trabalhadores no salário mínimo (IPEA, 2022) —, reduz drasticamente a capacidade das famílias periféricas de acessar equipamentos de abastecimento localizados fora de seu entorno imediato. Pereira, Schwanen e Banister (2017) demonstram que quando o custo de deslocamento até equipamentos de abastecimento de melhor qualidade supera o diferencial de preço entre alimentos saudáveis e ultraprocessados disponíveis localmente, a 'escolha racional' das famílias é pelo consumo local de menor qualidade nutricional — o que evidencia como as barreiras de mobilidade atuam diretamente sobre o padrão alimentar.



Quadro 3 – Indicadores de mobilidade e acesso a alimentos em áreas centrais e periféricas – Regiões Metropolitanas brasileiras, 2022

Indicador	Área Central	Área Periférica	Diferencial (vezes)
Tempo médio de deslocamento diário (min)	48	112	2,3×
Gasto com transporte (% renda domiciliar)	4,8	10,6	2,2×
Acesso a mercado/supermercado ≤ 15 min a pé (%)	71,3	22,4	0,3×
Acesso a feira livre ≤ 20 min a pé (%)	54,2	14,7	0,3×
Domicílios sem tempo para cozinhar (%)	31,4	58,9	1,9×
Consumo de ultraprocessados ≥ 3×/semana (%)	38,2	62,7	1,6×
Custo médio da cesta básica saudável (R\$)	680	820	1,2×

Fonte: Elaborado pelos autores com base em IPEA (2022), Vasconcellos (2014), Jaime et al. (2021) e IBGE/POF (2020). Dados estimados e organizados para fins analíticos.

Os dados do Quadro 3 revelam encadeamento de vulnerabilidades que se reforçam mutuamente: o elevado tempo de deslocamento nas periferias não apenas esgota energia física e reduz tempo disponível para o preparo de refeições, como também impõe custos financeiros que comprometem o orçamento alimentar. O dado sobre o custo médio da cesta básica saudável — aproximadamente 20% mais elevado nas periferias que nas áreas centrais — é particularmente revelador: ele indica que, mesmo quando as famílias periféricas decidem buscar alimentos saudáveis em seu entorno imediato, pagam mais por eles, em razão da menor concorrência entre estabelecimentos e das deficiências nas cadeias de abastecimento de alimentos frescos nessas áreas. Esse duplo ônus — pagar mais pelo deslocamento e mais pelos alimentos — configura o que Rego e Pinzani (2014) denominam 'privação estrutural' do direito à alimentação adequada.

A perspectiva de gênero é fundamental para a compreensão das mediações entre mobilidade, trabalho doméstico e insegurança alimentar nas periferias. Burity et al. (2010) demonstram que as mulheres são as principais responsáveis pela gestão alimentar domiciliar nas famílias pobres brasileiras e, simultaneamente, as mais afetadas pelas restrições de tempo, renda e mobilidade que comprometem o acesso a alimentos adequados. A tripla jornada — trabalho remunerado, trabalho doméstico e cuidado —, associada aos longos deslocamentos e à oferta restrita de alimentos no entorno da moradia, produz o que Rego e Pinzani (2014) denominam situação de 'privação estrutural', da qual a insegurança alimentar é uma das manifestações mais imediatas e visíveis. Pesquisas conduzidas pelo IBGE (2020) evidenciam que mulheres chefes de família em periferias metropolitanas dedicam, em média, 21 horas semanais ao trabalho



doméstico não remunerado — incluindo compras, preparo de alimentos e cuidado de filhos —, contra 11 horas dos homens em situação equivalente.

A crise da COVID-19 aprofundou e tornou visíveis essas vulnerabilidades estruturais. Alpino et al. (2020) documentaram, a partir de dados coletados em 2020, que as periferias metropolitanas foram desproporcionalmente afetadas pela perda de renda, pelo fechamento de equipamentos públicos de abastecimento — como restaurantes populares e bancos de alimentos — e pela ruptura das redes informais de solidariedade alimentar. Preiss, Schneider e Coelho-de-Souza (2020) analisaram o impacto da pandemia sobre os sistemas alimentares locais, concluindo que a fragilidade das cadeias curtas de abastecimento em contextos periféricos exige investimento público sistemático em infraestrutura e governança alimentar territorial, em vez da dependência de iniciativas emergenciais e filantrópicas que não constroem capacidades estruturais.

O retorno da insegurança alimentar como agenda política no Brasil — expresso na recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em 2023, no relançamento do Programa Bolsa Família com patamar de benefício mais elevado e no anúncio de novos investimentos em equipamentos públicos de alimentação — representa avanço importante, mas não resolve as determinantes estruturais de base territorial. Maluf et al. (2015) argumentam que políticas de transferência de renda são necessárias, mas insuficientes, se não acompanhadas de investimentos em infraestrutura de abastecimento, transporte público de qualidade e regulação do ambiente alimentar urbano. Sonnino, Spayde e Ashe (2016) reforçam essa perspectiva ao propor que a governança alimentar urbana deve articular políticas setoriais em abastecimento, mobilidade, planejamento urbano e saúde, integrando diferentes escalas de governo e fortalecendo a participação das comunidades periféricas no processo decisório.



Quadro 4 – Síntese das políticas de SAN e sua efetividade no enfrentamento das determinantes territoriais, Brasil (2003-2023)

Política/Programa	Período	Foco	Abordagem territorial	Limitações identificadas
Fome Zero / Bolsa Família	2003–	Renda e acesso	Indireta (renda)	Não enfrenta barreiras de mobilidade e ambiente alimentar
PAA – Prog. Aquisição de Alimentos	2003–2016/2023	Prod. local e abastec.	Moderada (cadeias curtas)	Baixa cobertura em periferias metropolitanas
PNAE – Alimentação Escolar	Permanente	Consumo infantil	Baixa	Não alcança adultos e idosos em periferias
Restaurantes Populares / SESC Mesa	2003–2016	Acesso direto	Alta (equipamentos locais)	Descontinuidade e subfinanciamento
Banco de Alimentos	Permanente	Redistribuição	Moderada	Dependência de doações, baixa escala
Programa Mobilidade Urbana (PAC)	2007–2016	Infraestrutura de trans.	Baixa (foco em obras)	Sem articulação com política alimentar

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Maluf et al. (2015), Belik e Domene (2012), Preiss, Schneider e Coelho-de-Souza (2020) e Burity et al. (2010).

O Quadro 4 sintetiza as principais políticas públicas de SAN implementadas no Brasil nas últimas duas décadas e sua efetividade no enfrentamento das determinantes territoriais da insegurança alimentar. A análise revela lacuna persistente: enquanto as políticas de transferência de renda e de produção local (PAA) abordam indiretamente as determinantes econômicas da insegurança alimentar, nenhuma política pública de alcance nacional abordou de forma integrada as barreiras de mobilidade e ambiente alimentar que estruturam a vulnerabilidade das periferias. A descontinuidade dos Restaurantes Populares — equipamentos que combinavam acesso local a alimentos saudáveis com subsídio ao consumo — representa perda particularmente significativa, dado seu potencial de enfrentamento simultâneo das barreiras de custo e de ambiente alimentar (Belik; Domene, 2012; Maluf et al., 2015).

A análise dos dados do SISVAN 2022 reforça a urgência dessas intervenções: nas periferias das capitais brasileiras, as taxas de sobrepeso e obesidade em crianças menores de 5 anos atendidas pela atenção básica superam as médias nacionais em até 15 pontos percentuais, enquanto as taxas de anemia e déficit de altura-para-idade — indicadores de desnutrição crônica — persistem em patamares alarmantes. Esse padrão paradoxal — excesso de peso e desnutrição coexistindo no mesmo território — é consequência direta da combinação entre pobreza, ambiente alimentar desfavorável e barreiras de mobilidade que caracterizam as periferias urbanas brasileiras (Jaime et al., 2021; Galindo et al., 2021). Martins et al. (2013) demonstram que essa 'dupla carga' tende a se agravar nas próximas décadas, na ausência de intervenções que transformem as condições estruturais do ambiente alimentar periférico.



Em síntese, os resultados desta pesquisa confirmam que a insegurança alimentar nas periferias urbanas é produto de determinantes articulados que operam em múltiplas escalas: a escala macroeconômica das políticas de renda e emprego; a escala urbana das políticas de planejamento, abastecimento e mobilidade; e a escala local das condições imediatas de moradia, vizinhança e ambiente alimentar. Nenhuma intervenção em uma única escala é suficiente para reverter esse quadro. Sonnino, Spayde e Ashe (2016) e Maluf et al. (2015) convergem na proposta de uma governança alimentar integrada, que articule políticas de renda, território e mobilidade em torno do objetivo comum de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) para todos os habitantes das cidades brasileiras, independentemente do local de moradia.

5 CONCLUSÃO

A análise empreendida neste artigo permite concluir que a insegurança alimentar nas periferias urbanas brasileiras não é fenômeno circunstancial, redutível à insuficiência de renda individual, mas expressão de estruturas socioespaciais produzidas historicamente pela urbanização desigual e pela periferização. O território — com suas dimensões de ambiente alimentar, mobilidade urbana, infraestrutura de abastecimento e distância dos centros de oferta de alimentos saudáveis — emerge como determinante estrutural do acesso à alimentação adequada, que se superpõe e amplifica as desigualdades de renda e trabalho.

Os quatro quadros comparativos apresentados evidenciam que os moradores de periferias metropolitanas enfrentam um conjunto articulado de barreiras: menor oferta de estabelecimentos saudáveis, maior concentração de desertos e pântanos alimentares, custos de transporte proporcionalmente mais elevados, tempos de deslocamento que inviabilizam o preparo doméstico de refeições e acesso restrito a feiras e mercados com alimentos frescos e a preços acessíveis. Esses fatores produzem, de forma sistemática, padrões de consumo alimentar de menor qualidade nutricional e maiores riscos à saúde. O agravamento desse quadro durante a pandemia de COVID-19 e a lenta recuperação dos indicadores de insegurança alimentar evidenciam a fragilidade estrutural dos sistemas alimentares periféricos e a insuficiência das respostas emergenciais.

A dimensão de gênero e raça revela-se como fator de amplificação das vulnerabilidades territoriais: mulheres negras chefes de família em periferias metropolitanas apresentam as maiores taxas de insegurança alimentar do país, produto da interseção entre discriminação racial, sobrecarga de trabalho doméstico, restrições de mobilidade e precariedade do ambiente alimentar local. Qualquer política de SAN que não incorpore essas interseccionalidades reproduzirá parcialmente as exclusões que pretende combater.

As implicações para as políticas públicas são claras: o enfrentamento da insegurança alimentar urbana requer abordagem territorial e intersetorial, que articule investimentos em equipamentos públicos



de abastecimento — como mercados populares, restaurantes comunitários, bancos de alimentos e feiras com regularidade garantida — com melhoria do transporte público periférico, planejamento urbano orientado à equidade alimentar, fortalecimento de cadeias curtas de produção e distribuição de alimentos e regulação do ambiente alimentar que limite a proliferação de estabelecimentos de alimentação não saudável nas periferias. O fortalecimento dos CONSEAs estaduais e municipais e a participação das comunidades periféricas no planejamento dos sistemas alimentares locais são condições necessárias para que essas políticas sejam efetivas e sustentáveis.

Reconhecem-se como limitações desta pesquisa a dependência de dados secundários agregados, que não permitem captar a heterogeneidade intraurbana em escala de bairro, e a ausência de componente de pesquisa primária que incorpore as percepções e estratégias alimentares das próprias populações periféricas. A voz das comunidades — suas práticas de resistência alimentar, suas redes de solidariedade e suas demandas por políticas — é elemento indispensável para uma análise verdadeiramente comprometida com a justiça alimentar. Pesquisas futuras deverão combinar análises de sistemas de informação geográfica para mapeamento do ambiente alimentar em escala intraurbana com metodologias participativas de pesquisa-ação, capazes de captar as dimensões subjetivas, coletivas e culturais das estratégias de acesso a alimentos nos territórios periféricos. A produção de dados longitudinais que permitam avaliar o impacto de políticas específicas sobre o ambiente alimentar e a insegurança alimentar periférica é outra lacuna que a agenda de pesquisa nesse campo precisa urgentemente preencher.

REFERÊNCIAS

ALKON, A. H.; AGYEMAN, J. (Org.). **Cultivating food justice: race, class, and sustainability**. Cambridge: MIT Press, 2011.

ALPINO, T. M. A. et al. COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do governo federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais recentes. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 8, e00161320, 2020.

BELIK, W.; DOMENE, S. M. Á. Experiências de programas combinados de alimentação e nutrição no município de Campinas, Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 21, n. supl. 1, p. 176–185, 2012.

BURITY, V. et al. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2010.

BRASIL. **Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Diário Oficial da União, Brasília, 18 set. 2006.

CASPI, C. E. et al. The local food environment and diet: a systematic review. **Health & Place**, v. 18, n. 5, p. 1172–1187, 2012.



GALINDO, E. P. et al. Ambiente alimentar e consumo de frutas, legumes e verduras em adultos brasileiros. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 7, e00107420, 2021.

GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 23, n. 1, p. 183–184, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mobilidade urbana e pobreza**: desafios para as metrópoles brasileiras. Brasília: IPEA, 2022.

JAIME, P. C. et al. Comida, cidade e saúde: distribuição espacial dos estabelecimentos alimentares no município de São Paulo. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 2, e00215720, 2021.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MALUF, R. S. et al. Nutrição, alimentação e desenvolvimento no Brasil: contribuições para a agenda política. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 8, p. 2395–2406, 2015.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARTINS, A. P. B. et al. Participação crescente de produtos ultraprocessados na dieta brasileira (1987-2009). **Revista de Saúde Pública**, v. 47, n. 4, p. 656–665, 2013.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MONTEIRO, C. A. et al. Ultra-processed foods: what they are and how to identify them. **Public Health Nutrition**, v. 22, n. 5, p. 936–941, 2019.

PEREIRA, R. H. M.; SCHWANEN, T.; BANISTER, D. Distributive justice and equity in transportation. **Transport Policy**, v. 46, p. 10–20, 2017.

PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S.; COELHO-DE-SOUZA, G. **A contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

REDE PENSSAN – REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **II VIGISAN**: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022.

REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2014.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1979.



SONNINO, R.; SPAYDE, J.; ASHE, L. Re-shaping the city: urban food policies and the translation of the food sovereignty discourse. **Local Environment**, v. 21, n. 12, p. 1390–1404, 2016.

VASCONCELLOS, E. A. **Mobilidade urbana e cidadania**. São Paulo: Editora SENAC, 2014.

WALKER, R. E.; KEANE, C. R.; BURKE, J. G. Disparities and access to healthy food in the United States: a review of food deserts literature. **Health & Place**, v. 16, n. 5, p. 876–884, 2010.